



Número: **0002851-25.2016.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **22/03/2017**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24631 748	22/09/2019 15:48	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
31339 864	07/06/2020 09:12	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
31339 866	07/06/2020 09:15	Expediente	Expediente
32261 279	12/07/2020 21:53	Informação	Informação
32261 280	12/07/2020 21:53	CARTA NEGATIVA SEGURADORA	Outros Documentos
38727 651	27/01/2021 11:35	Despacho	Despacho
38914 441	31/01/2021 18:39	Mandado	Mandado



TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

GERÊNCIA DO FÓRUM
Recebido em 16/09/16
às 09:00 horas
fjp

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUÍ – ESTADO DA PARAÍBA

02
e

0002851-25.2016.815.0271



DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA brasileiro, casado, motorista, portador da Carteira de Identidade nº. 1711224 SSP/PB e do CPF nº. 930.054.404.-78, residente e domiciliado na Rua Elizário Cândido Costa, 316, JK, Picuí-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS

em face da **Seguradora Lider -DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado endereço localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro de Rio de Janeiro, CEP: 20.31-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, a promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de

1

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

03
Q

honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

DOS FATOS

Cumpre ressaltar inicialmente que no dia 27/04/2014, por volta das 15h30min, o requerente foi vítima de acidente de trânsito, quando trafegava pelas proximidades do Trevo de Baraúna, em uma motocicleta TITAN MIX KS, e perdeu o controle do referido veículo, ocorrendo assim o acidente. Após o ocorrido, o suplicante foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital Regional de Picuí-PB, onde foi constatado que o autor sofrera lesões no ombro esquerdo.

Ressalta-se que, segundo o Boletim de Ocorrência nº. 034/2014 expedido pela Delegacia de Polícia Civil de Picuí-PB, o requerente no momento do acidente conduzia uma motocicleta HONDA TITAN MIX KS, ano/modelo 2010/2010, cor vermelha, placa NNR5692/RN, chassi 9C2KC1610AR031306, Renavam 204689325.

Também informa a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital Regional de Picuí.

É tanto que o autor em 13/01/2016 requereu, na esfera administrativa, o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvt junto a uma seguradora consorciada da requerida (Aruana Seguradora S.A.), **sob sinistro nº. 3160032548, tendo tal procedimento extrajudicial se exaurido pelo fato do autor não ter apresentado a documentação médico-hospitalar, o DUT e a declaração do proprietário do veículo** razão pela qual só restou ao mesmo recorrer ao judiciário para ter seu direito a receber tal indenização, conforme se infere no documento em anexo.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

04
e

Logo, nos leva a concluir que pelos danos causados a vítima, esse nobre juízo deve reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento de **25%** do valor integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;

e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é renunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

05
C

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovimento da apelação. Manutenção da sentença. Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa,





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do autor em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro do requerente ter acontecido no ano de 2014, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

invalidadez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros , cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas no ombro esquerdo (25% vinte e cinco por cento)** do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 3.375,00 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais)** referente a sua perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)"

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inasfastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastante a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)

Logo, está satisfeito a promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

12
C

III - DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 3.375,00 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pelo promovente **no ombro esquerdo (25% vinte e cinco por cento)** de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.

g. Seja o autor submetido a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

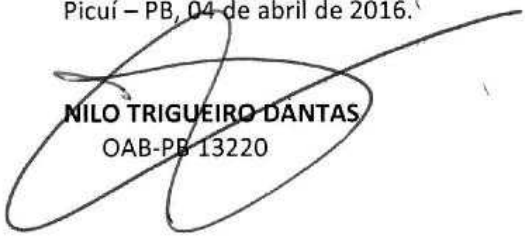
13
C

e cinco reais)

Dá-se à causa o valor de R\$ 3.375,00 (três mil e trezentos e setenta

Nesses Termos,
pede deferimento.

Picuí – PB, 04 de abril de 2016.


NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13220





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

14
C

Anexo 01

QUESITOS

- 1) *Se existe nexô causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*
- 2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*
- 3) *Se houve invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*
- 4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*
- 5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: "75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais".*





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 02

15
✓

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 2016

Carta nº: 8430076

A/C: DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

996 80-0506

16
2

Sinistro: 3160032548
Vítima: DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA
Data Acidente: 27/04/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 13/01/2016 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 27/04/2014. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Documentação médico-hospitalar
- DUT
- Declaração do Proprietário do Veículo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na ARUANA SEGUROS S/A de origem onde foi realizada sua reclamação de sinistro.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Assinado eletronicamente por: LILIANA DA COSTA SILVA - 22/09/2019 15:41:24



PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante Dalvairi Alexandre da Silva
brasileiro (a), casado, motorista, portador(a) do RG nº.
19 41224 expedido por SSP/PB em 1/1 e do CPF nº.
930.054.404-18, residente na(o) Rua Elizário Cândido Costa
Picuí - PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e
constitui seu bastante procuradores e advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS – OAB/PB**
13.220 e **DUANIELLYESON MONTEIRO NOBREGA – OAB/PB 17068**, brasileiro, solteiro, advogado,
com endereço profissional na Klick Consultoria, Assessoria e Serviços LTDA, localizada na Avenida
Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o
foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras e
últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou concordar
com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições
públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem como substabelecer
com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 15 de Dezembro de 2019.

Dalvairi Alexandre da Silva
Outorgante

18

2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
 FÁBRIKA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

NOME
DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR UF
 1711224 SSP PE

CPF
 930.054.404-78 08/07/1973

DATA DO NASCIMENTO

FUNÇÃO
 JOSE MATEUS DA SILVA
 RIVALDA DINIZ
 ALEXANDRE DA SILVA

PERMISSÃO ACC CALHA
 25/08/2015 27/08/2004

Nº REGISTRO
 03967382776

DATA EMISSÃO
 31/08/2010

LOCAL
 CAMPINA GRANDE, PE

15168562718
 PB020864647

EXERCE ATIV REMUNERADA;

ASSINATURA DO PORTADOR

PROIBIDO PLASTIFICAR

313743477



002449

Rua Feliciano Cirne, s/n - Jaguaribe João Pessoa - PB. CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

06971112-7

JOANA DARC MEDEIROS SILVA
 ENDEREÇO
 RUA ALEXANDRE CANDIDO COSTA, 316
 BAIRRO JK
 CIDADE
 PICUI
 RESPONSÁVEL
 SITUAÇÃO ÁGUA
 LIGADO
 SITUAÇÃO ESGOTO
 POTENCIAL

INSCRIÇÃO
 028.01.037.0022

SAU

CEP
 58187-000

QUANTIDADE DE ECONOMIAS
 RESIDENCIAL 1 COMERCIAL INDUSTRIAL PÚBLICO

LEITURA ATUAL
 LEITURA ANTERIOR
 CONSUMO DO MÊS (m³)
 DATA DA LEITURA
 DIAS DE CONSUMO
 CONDIÇÃO DA LEITURA
 CONDIÇÃO DO FATORAMENTO
 ANORMALIDADE DA LEITURA
 ANORMALIDADE DE CONSUMO
 DATA DA PRÓXIMA LEITURA

MÊS
 10

VALOR - R\$

SEM HIDROMETRO

Ignorar, se pago após:

PARÂMETRO
 TURBIDEZ
 PH
 COR
 CLORO
 COLIFORMES TOTAIS

VALOR MÉDIO
DETECTADOPORTADA SINAL
NÚMERO DA
SUA REFEIRÊNCIA

5,0 UT

6,0 a 9,5

15 UN

N/A, 0, 2mg/l

(*)

(*) Sistema que analisa 40 ou mais amostras por
 mês, ausente em 95% das amostras examinadas

Dados Referentes à

24,49

MEMO
 Data Instalação
 Marca
 Localização
 Capacidade

MÉDIA:

24,49

MAR/2014

PARA SUA COMODIDADE, PAGUE SUA CONTA PELA INTERNET OU DÉBITO AUTOMÁTICO.

06/04/2014



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

20
P

Fii Dobracim Alexandre da Silva,
RG nº 1711224, data de expedição ___/___/___, Órgão
SSP/PB, CPF nº 930.054.404-78, venho perante a este
instrumento de declaração que não possui comprovante de endereço em
meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo
descrito:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>R. Elizário Cândido Costa</u>
Número	<u>316</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>JK</u>
Cidade	<u>Picuí</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58187-000</u>
Telefone de Contato	<u>83) 3371-2274/ 9912-5490/ 9104-9190/ 8852-4690</u>
E-mail	<u>nilotdantas@hotmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Picuí-PB, 03/09/19

Assinatura do Declarante: Dobracim Alexandre da Silva



21
C

DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

Eu, Dalvacin Alexandre da Silva,
brasileiro(a), casado, motorista, portador do
RG nº 1.711.224 expedido por / e do CPF nº
930.054.404-78 residente
na(o) Rua Elizário Cândido Costa,
município de Picuí - PB, DECLARO, nos precisos termos do art. 1º da
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (Lei da desburocratização), para o fim de dispensa de
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 15 de Dezembro de 2014

Dalvacin Alexandre da Silva

DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU 30-8-1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a obter prova de vida, restituição, apuração de dependência econômica, homologação em bens autossuficientes, quando
firmada pelo próprio interessado ou por procurador habilitado, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação
aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983: 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Jdeh / Hélio Beltrão





C E R T I D ã O

Nº.Cont.: 034 /2014

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências N.º 02/2013, nele encontrei as folhas de N.º 34, o Registro n.º 34, cujo teor agora passo a transcrever na Íntegra: Aos 30 dias do mês de Abril do ano de 2014, Nesta cidade de Picuí, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil, presente a Autoridade Policial o (a) **Bela. Dianni Regina de Barros Silva**, Delegada de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado; ai, por volta das 15h 38m, compareceu: **DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA**, brasileiro, casado, motorista, nascido em 08/07/1973, RG 1711224 SSP/PB, CPF nº 930.054.404-78, filho de José Mateus da Silva e Rivaílida Diniz e Alexandre da Silva, residente na R. Eliziário Cândido Costa, 316 -JK - Picuí-PB; **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO:** Narra o Comunicante acima qualificado, Que: no dia 27 de abril de 2014, por volta das 15h30, o Comunicante vinha conduzindo a moto marca HONDA/CG 150 TITAN MIX KS, 2010/2010, placa NNR5692/RN, chassi 9C2KC1610AR031306, cor VERMELHA, no Sítio Tanque de Areia, nas proximidades do Trevo de Baraúna-PB, e que, em dado momento, antes de numa curva, perdeu o controle e veio a cair da moto. Que o SAMU foi chamado por terceiros, e após o atendimento pré-hospitalar o conduziram ao Hospital Regional de Picuí-PB; QUE sofreu lesões no ombro esquerdo e desse acidente resultou no atendimento hospitalar atestado pela ficha hospitalar, em anexo. O Comunicante apresentou a Autoridade Policial presente: *Declaração do SAMU e cópia da Ficha Ambulatorial do Hospital Regional de Picuí-PB, nas quais se observam as notações "acidente de moto"; além de duas testemunhas que também confirmam a ocorrência como verdadeira.* A Autoridade Policial requereu EXAME TRAUMATOLÓGICO ao IPC (Exame DPVAT, conforme ordena o Art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74). E o competente Laudo Pericial será encaminhado à Autoridade solicitante a posteriori para confirmação das lesões. Era o que tinha a registrar.

Picuí/PB, 30 de abril de 2014.

Dalvacir Alexandre da Silva
COMUNICANTE

Geandro M. Ferreira
GEANDRO DE MACEDO FERREIRA

TESTEMUNHA 1- RG nº 3195241 - SSP/PB, CPF 059.250.664-99, END.:R.Joaquim Francisco Dantas, 19 -Limeira, Picuí-PB

José Leandro de Melo Silva
JOSÉ LEANDRO DE MELO SILVA

TESTEMUNHA 2: RG nº 2577895- SSP/PB, CPF 068.314.024-88, END: R. São Sebastião 51- centro- Picuí-PB.

Carla G. B. Dantas
Escrivã



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES			
DETRAN - RN		NR 9798273139	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	COD. RENAVAM	ILUSTRAÇÃO	EXERCÍCIO
1	284689325		2813
NOME			
FABIO ADRIANO DA LUZ MEDEIROS			
CPF / CNPJ	PLACA		
856.128.784-19	NNR5692		
PLACA ANT. / JP	CLASS.		
NNR5692 / RN	9C2KC1618AR831566		
ESPECIE / TIPO	COMBUSTÍVEL		
PASSEIRO/MOTOCICLETA/VAO	ALCOOL-GASOL		
MARCA / MODELO	ANO / MES	ANO / MODELO	
HONDA/CG150 TITAN MIX KS	2818	2818	
CAF / POT / CC	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE	
15CV/143 CILINDRADAS	PARTICULAR	VERMELHA	
COTA ÚNICA	VENO. COTA ÚNICA	VENO. COTAS	
R\$ 6.88	22/03/2013	1º PAGO	
PARCELAMENTO / COTAS		2º PAGO	
R\$ 2849,34		3º PAGO	
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)	IOF (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
LICENCIAMENTO DE TRAN. PAGO *** DPVAT-PAGO			
OBSERVAÇÕES			
DISTRIBUIÇÃO DE PORTE OBRIGATORIO			
HONDA/CG150 TITAN MIX KS			
DATA			
28/02/2013			

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT			
RN Nº 9798273139		BILHETE DE SEGURO DPVAT	
EXERCÍCIO	DATA EMISSÃO		
2813	28/02/2013		
CPF / CNPJ	PLACA		
856.128.784-19	NNR5692		
BILHETE DE SEGURO DPVAT			
RN Nº 9798273139	EXERCÍCIO	DATA EMISSÃO	
2813	2813	28/02/2013	
VIA	CPF / CNPJ	PLACA	
1	856.128.784-19	NNR5692	
RENAVAM	MARCA / MODELO	NR CHASSI	
284689325	HONDA/CG150 TITAN MIX KS	9C2KC1618AR831566	
ANO / MES	COTAS		
2818	9		
PRÊMIO TARIFÁRIO			
PNS (R\$)	CONSTRAN (R\$)	CUSTO DO SEGURO (R\$)	
CUSTO DO BILHETE (R\$)	IOF (R\$)	TOTAL DO PREÇO DO SEGURO (R\$)	
PAGAMENTO	DATA DE PAGAMENTO		
<input type="checkbox"/> COTA ÚNICA	<input type="checkbox"/> PARCELADO		
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A			
CNPJ: 09.248.808/0001-04			



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Dobracin Alexandre da Silva, portador da carteira de identidade nº 1711224 e inscrito no CPF/MF sob o nº 930.054.404-78, residente e domiciliado na R. Elizário Cândido Costa, Cidade Picuí, Estado PB, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Dobracin Alexandre da Silva

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Picuí - PB, 03/09/14

Local e data





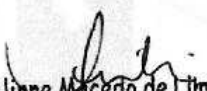
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI
C.N.P.J. 08.741.399/0001-73
Home Page: <http://picui.famup.com.br>
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 08.619.650/0001-21

BASE DESCENTRALIZADA SAMU 192

Picuí/PB, 29 de abril de 2014.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 Picuí/PB, realizou atendimento pré-hospitalar do paciente **DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA**, 40 anos, vítima de acidente motociclístico, ocorrido no dia 27 de abril de 2014, na rodovia entre Picuí/PB – Barra de Santa Rosa/PB. Paciente apresentava deformidade em membro superior esquerdo (descontinuidade óssea em clavícula), dor intensa no membro afetado e escoriações. Encaminhado ao Hospital Regional de Picuí/. Transporte sem intercorrências.


Alinne Macedo de Lima
ENFERMEIRA
COREN - PB 294121

ALINNE MACEDO DE LIMA
Coordenadora SAMU PICUI/PB

Rua: Galdini Pinheiro, 26 - Bairro Centro / CEP: 58 187 - 000 - Picuí - PB
Fone/fax: (83) 3371-2620/ 3371-2350 – e-mail: pmpicui.sat.splena@uol.com.br



CÉDULA DA UNIDADE: 2757710 COCOPPE: 79.778.288.0001/60
 NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
 END.: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA
 MUNICÍPIO: PICUI ESTADO: PARAIBA UF: 25
 Nome: DAI VACIR ALEXANDRE DA SILVA
 Raça/Cor: PARDA
 Dt. Naso: 08/07/1973 Idade: 40 ano(s) mês(es) de idade dia(s) de idade Sexo: M
 Mãe: RIVALDA DINIZ ALEXANDRE DA SILVA
 Profissão: AGRICULTOR Documento: 1711224 Nº:
 Endereço: RUA 24 DE NOVEMBRO
 Bairro: CENTRO
 Município/CEP/IBGE: PICUI / 58187000 / 261140
 Telefone para contato: (63) 3371-2554 CNS: 160479030890009
 Data e Hora: 27/04/2014 16:26:24 CADASTRO: 173504

PESO: _____ PA: _____ TEMP.: _____
 ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)
 Vítima de acidente
 após queda de altura
 no local de trabalho
 quebra de
 EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)
 RESULTADOS

Hospital Regional de Picui
 Atesto conforme o original.
 Picui, 29/04/2014
 Arquivo Médico
 Jossiana Lima de Melo
 Aux. Administrativo

2. *Dispn. em - 40 gts v.o.*
 3.
 4. CARÁTER DO ATENDIMENTO
☐ 01 - ELETIVO
☐ 02 - URGÊNCIA
☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS
 PROCEDIMENTO - descrição:
completo
 DIAGNÓSTICO:
Poli-traumatismo
 CID-10:
 MEDICAÇÃO:
☐ 1. PRESCRITA
☐ 2. APLICADA
 ENCAMINHAMENTO:
☐ OBSERVAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA ☐ INTERNAÇÃO
☐ OUTRO HOSPITAL ☐ ÓBITO ☐ OUTROS
 SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:
 1. _____
 2. _____
 3. _____
 ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S): CARIMBO(S)
 CNS _____ CBO _____ CRM _____
 ASS. DO PACIENTE/COMPANHANTE OU RESPONSÁVEL _____ OU POLEGAR DIREITO
 Jossiana Lima de Melo
 ASS. DO REVISOR DEIXA _____ ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO _____



ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) DALVA CID REXANHA DA SILVA portador(a) da identidade RG 34114, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às 14 horas, submetido(a) a CIUW, portador da patologia CID-10 S41.2, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 05 (CINCO) dias, a partir desta data.

Picuí, 28/09/14.


Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o(a)
Dr. (a) _____, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 22/03/2017 15 horas 00 minutos

Processo: 0002851-25.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 3375,00

Serie : 08

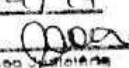
Autor : DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

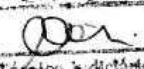
Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO

DATA
Recebidos nesta data em Cartório.
Picui, 17/04/17

Analista / Técnico Judiciário

CONCLUSÃO
Concluido nesta data em 015. Juiz de Direito.
Picui, 17/04/17

Analista Judiciário / Técnico Judiciário





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI

29
e

DECISÃO

Vistos etc.,

O pedido de justiça gratuita não merece acolhimento, eis que a parte autora não comprova sua hipossuficiência financeira.

Com efeito, não há nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda.

Ademais, pela nova sistemática processual prevista no art. 98 do NCPC, deve o juízo ser criterioso no deferimento deste benefício, eis que há a possibilidade de **redução ou parcelamento das custas**, razão pela qual a concessão da gratuidade deve ficar reservada para aquelas partes que comprovam sua incapacidade de custear as despesas do processo.

Posto isto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a intimação da parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 9 de agosto de 2017.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito


DATA:
Recebido e lido em Cartório.
Por: 19/10/17
Assinatura / Tâcnico Judiciário



C E R T I D ã O

Certifico que nesta data **EXPEDI** a **NOTA**
DE FORO 177/2017. Dou fé.
Picuti, 27 de outubro de 2017.

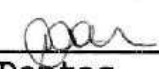
30



Iranilda Dantas
Técnica Judiciária

C E R T I D ã O

Certifico que nesta data foi **PUBLICADA**
no Diário da Justiça a **NOTA DE FORO**
177/2017. Dou fé.
Picuti, 31 de outubro de 2017.



Iranilda Dantas
Técnica Judiciária



ADDA
Nesta data JUNTO a estes autos o(a)

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Mandado de Citação | <input type="checkbox"/> No AR |
| <input type="checkbox"/> Mandado de Intimação | <input checked="" type="checkbox"/> A Petição |
| <input type="checkbox"/> Mandado de prisão | <input type="checkbox"/> Edital |
| <input type="checkbox"/> Oficial nº | <input type="checkbox"/> Carta Precatória |
| <input type="checkbox"/> Nota de Foro nº | <input type="checkbox"/> |

Picuí, 21 / 02 / 18

Analista Judiciário / Técnico Judiciário





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

DATA
recebido nesta data em Cartório
Piauí 15 / 12 / 2014
Causa 100000000023842974
Requerente / Desembargador

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI-31
PARAÍBA

Processo: 0002851-25.2016.815.0271

DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA, já devidamente qualificada, servindo-se do patrocínio profissional do Bel. Nilo Trigueiro Dantas, inscrito na OAB/PB sob o nº 13.220, nos autos desta Ação de Cobrança, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, **juntar o competente comprovante de renda, o qual testifica que o requerente é apenas um mero MOTORISTA ENTREGADOR**, e não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, razão pela qual insiste na concessão da **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**.

Cumpre ressaltar inicialmente que foi colacionado nos autos declaração de pobreza informando que o promovente da presente demanda é pobre nos termos da lei, o que é suficiente para provar que o mesmo não tem condições de arcar com despesas processuais e com os honorários advocatícios.

Porém, apesar de ter colacionado aos autos tal declaração, esse Juízo acabou por indeferir o pedido de Justiça Gratuita, conforme assevera o despacho retro, o que com toda vênia, entendemos ser injusto, haja vista que tal entendimento viola o apregoado por nossa Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXV, onde assegura a todos o direito de acesso à justiça em defesa de seus direitos, independentemente do pagamento de taxas.

Ademais, é cristalino o direito do requerente em ser agraciado por tal benefício da justiça gratuita, uma vez que juntara agora **a Cópia do seu Contracheque qual testifica que ele é um mero MOTORISTA ENTREGADOR, que percebe apenas como remuneração um pouco mais que um salário mínimo**, comprovando assim a inviabilidade de pagamento das custas judiciais sem comprometer sua subsistência, nos termos do art. 99 do NCPC, abaixo transcrito:

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na ³²petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

§ 5º Na hipótese do § 4º, o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade.

§ 6º O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

§ 7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Caso Vossa Excelência entenda por não conceder a gratuidade da Justiça de forma integral, que seja lhe concedido apenas a gratuidade para dispensa das custas prévias iniciais, nos termos do § 5º do art. 98 do CPC.

Diante do exposto, requer o peticionário que Vossa Excelência reconsidere o indeferimento da Justiça Gratuita, e, diante dos documentos ora colacionados, que conceda os beneplácitos da justiça gratuita de forma integral, ou em



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas,
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com






TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

caso contrário, que seja o mesmo apenas dispensado de recolher as custas prévias iniciais, nos termos do § 5º do art. 98 do CPC, devendo arcar com os ônus das diligências, postagens e demais outras despesas decorrentes desses autos. 33

Nesses termos,
pede deferimento.

Picuí, 11 de dezembro de 2017.


NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



Demonstrativo de Pagamento de Salário

FRANCISCO DAS CHAGAS DINIS LIMA

CPF/CEI: 24.290.330/0001-27

Admissão: 01/02/2005

Competência: Outubro de 2017

(Folha de Pagamento)

Cargo: MOTORISTA ENTREGADOR

Código Nome do Funcionário

CBO Emp. Local Depto. Setor Seção FI

000004 DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

782310 Lotação: 001 SETOR DE VENDAS

0003

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
011	Salário-Base	31 dia(s)	1.023,00	
092	Arredondamento Compensação		0,77	
310	INSS	8%		81,84
391	Arredondamento Desconto			0,93

34
Q

Total de Vencimentos

Total de Descontos:

1.023,77

82,77

Valor Líquido



Salário Base

Sal. Contr. INSS

Base Cál. FGTS

F.G.T.S. do Mês

Base Cál. IRRF

941,00
Faixa IRRF

1.023,00

1.023,00

1.023,00

81,84

Nilo Trigueiro Dantas
OAB/PB. 13220
OAB/RN. 834-A



CONCLUSÃO
Concluída em 22 de 02 de 18
Pela 22 02 18
Assinado eletronicamente por: LILIANA DA COSTA SILVA - 22/09/2019 15:41:24





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ
Vara Única

39

Processo nº 0002851-25.2016.815.0271

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade de justiça.

Outrossim, verifica-se que a parte não juntou aos autos comprovante de denegação do seguro na esfera administrativa, mas, tão somente, comprovante do requerimento administrativo.

Sendo assim, intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos comprovante de denegação do seguro na esfera administrativa.

Picuí, 27 de fevereiro de 2018.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

DATA

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 02/04/19.

Analista/Técnico(a) Juiz(a)





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002851-25.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0002851-25.2016.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 7 de junho de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N, Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0002851-25.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara Única, intimo Vossa Excelência de todo o teor do despacho de ID **24631748**, abaixo transcrito:

"Vistos, etc. Defiro a gratuidade de justiça. Outrossim, verifica-se que a parte não juntou aos autos comprovante de denegação do seguro na esfera administrativa, mas, tão somente, comprovante do requerimento administrativo. Sendo assim, intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos comprovante de denegação do seguro na esfera administrativa".

Picuí/PB, 7 de junho de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID

Técnico Judiciário



Ciente e segue carta negativa da seguradora em anexo, conforme determinado no despacho retro.





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 11 de Julho de 2016

Carta nº 9343639

a/c: DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

Sinistro: 3160032548 ASL-0828956/14
Vitima: DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA
Data Acidente: 27/04/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00851/00852 - carta_16





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DE PICUÍ



PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL Nº 0002851-25.2016.8.15.0271

DESPACHO

Vistos, etc.

Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

Sendo assim, em respeito aos princípios da duração razoável do processo e economia processual, **cite-se o promovido** para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Apresentada a contestação, caso esta seja instruída com documentos e/ou sejam arguidas preliminares ao mérito, **intime-se a parte autora à réplica/impugnação**, no prazo de 15 (quinze) dias.



Cumpra-se **independentemente de novo despacho.**

Picuí, data da assinatura eletrônica.

Anyfrancis Araújo da Silva

Juiz de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0002851-25.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Picuí, manda que, em cumprimento a este, cite a parte:

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 Andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado
cumprido, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na
p e t i ç ã o i n i c i a l .

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

Picuí/PB, 31 de janeiro de 2021.

De ordem, LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O

IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial	19092215482100000000023842974
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	20060709123554800000030066638
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	20060709123554800000030066638
Expediente	Expediente	20060709154418400000030066639
Informação	Informação	20071221532400600000030912987



CARTA NEGATIVA SEGURADORA	Outros Documentos	20071221532648000000030912988
Despacho	Despacho	21012711355843500000036923731

